

PROCESSO N° 1320.01.0188960/2024-75

NOTA TÉCNICA CONJUNTA ENTRE SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (SES-MG) E DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DE MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO (DSEI-MG-ES)

A presente Nota Técnica tem como objetivo o fornecimento de orientações para profissionais e gestores da Rede de Atenção à Saúde (RAS) nos municípios com populações indígenas aldeadas em Minas Gerais, assim como áreas técnicas da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) e demais atores, sobre aspectos sociais, culturais e demográficos, assim como protocolos e fluxos adotados pelo Distritos Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI-MGES) para a continuidade do cuidado/inserção do usuário do SUS indígena na rede a partir da Atenção Primária em Saúde (APS).

O documento destaca as especificidades do manejo sanitário destas populações, bem como oferece um panorama epidemiológico com os principais agravos enfrentados nos últimos anos, tais como síndromes gripais, arboviroses, doenças diarreicas, etc.

A **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI)**, instituída em 2002, assegura o direito à saúde das populações indígenas aldeadas em território brasileiro, respeitando suas especificidades culturais e a diversidade de suas comunidades. A partir da criação dessa política, a responsabilidade pela Atenção Primária à Saúde (APS) indígena foi atribuída ao Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), que passaram a ser encarregados de organizar e executar as ações de saúde diretamente nas aldeias. Isso inclui tanto a oferta de serviços de atenção básica, quanto a vigilância em saúde e a promoção da saúde dessas populações.

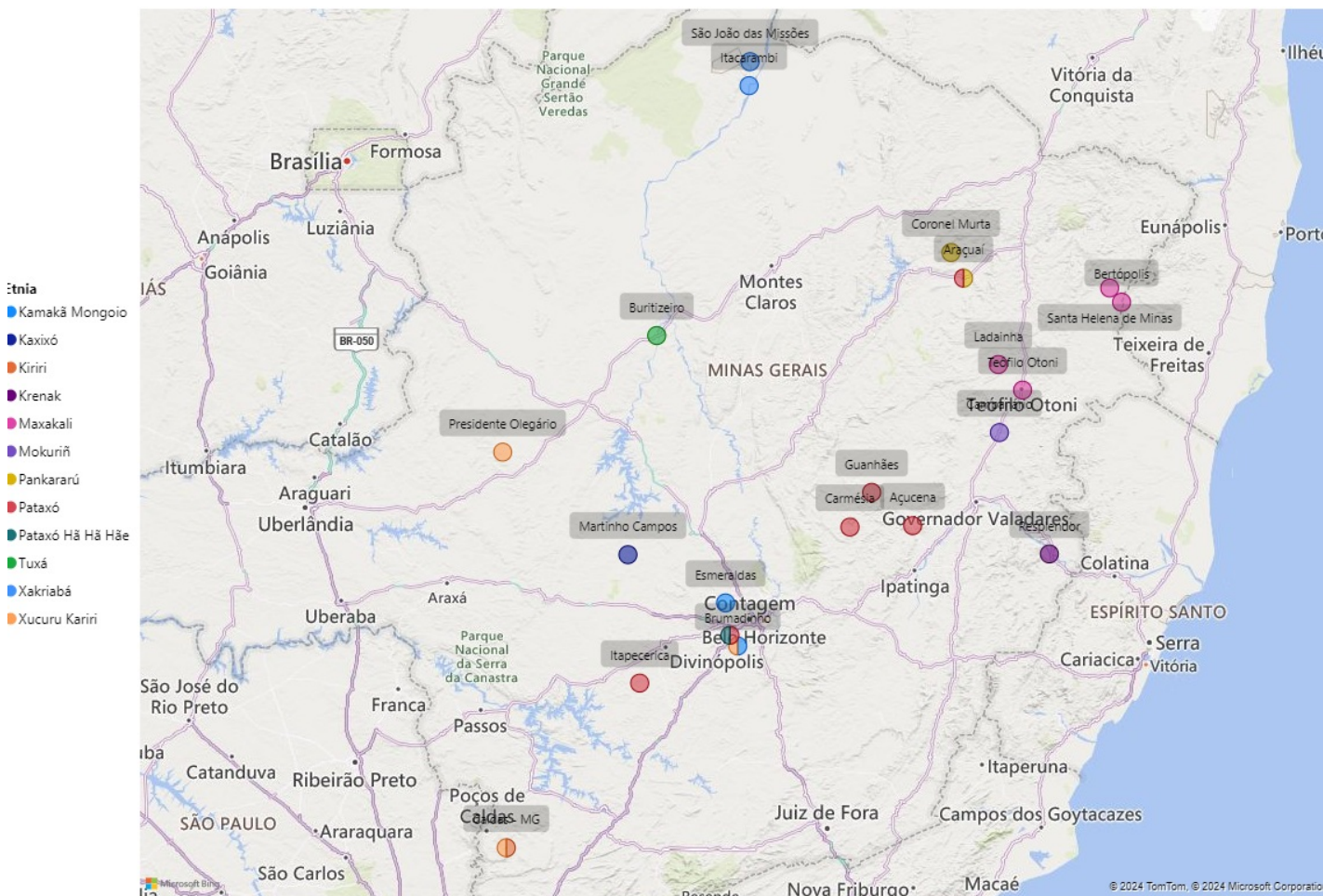
Dessa maneira, cabe à SESAI a responsabilidade primária de prestação de ações de assistência à saúde indígena aldeada no âmbito da Atenção Primária à Saúde, cabendo ao Estado de Minas Gerais e municípios com população indígena aldeada um papel complementar¹. O fluxo de atendimento do DSEI, por sua vez, será explicitado na quinta sessão do presente documento.

3.1. Especificidades Socioculturais da População Indígena Aldeada em Minas Gerais

A população indígena aldeada em Minas Gerais está presente em 21 municípios do estado, representando uma rica diversidade étnica e cultural. Entre as etnias que compõem essa população destacam-se: Kaxixó, Kiriri, Krenak, Maxakali, Mokuri, Pankararu, Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Xakriabá e Xukuru Kariri ². Cada uma dessas etnias possui particularidades socioculturais únicas, que refletem sua história, seus modos de vida e sua relação com o território. Mais informações a respeito das especificidades de cada uma dessas etnias mencionadas se encontram no Anexo I do presente documento.

O mapa a seguir compreende a distribuições das etnias mencionadas no território mineiro:

Mapa 01 - Distribuição da População Indígena Aldeada em Minas Gerais por etnia e localização geográfica



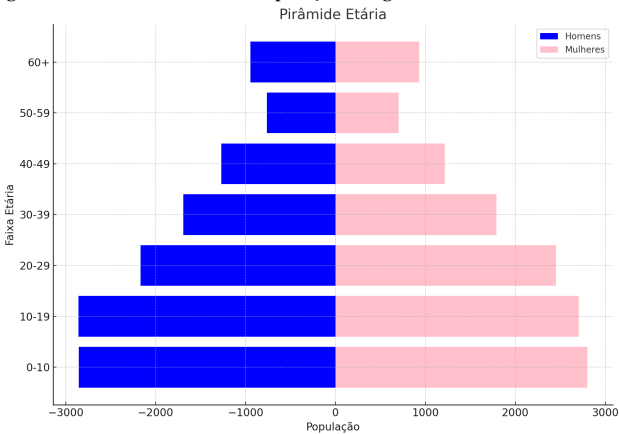
Conforme demonstrado no mapa, os municípios com população indígena aldeada estão espalhados por todo território mineiro. Dessa maneira, estão distribuídos em 11 Unidades Regionais de Saúde diferentes. São elas: Belo Horizonte, Coronel Fabriciano, Diamantina, Divinópolis, Governador Valadares, Itabira, Januária, Patos de Minas, Pirapora, Pouso Alegre e Teófilo Otoni.

3.2. Perfil Sociodemográfico da População Indígena em Minas Gerais

Tabela 01 - Distribuição Populacional por Faixa Etária e Gênero em Comunidades Indígenas Aldeadas de Minas Gerais

< 1 ano		1 - 4 anos		5 - 9 anos		10 - 19 anos		20 - 29 anos		30 - 39 anos		40 - 49 anos		50 - 59 anos		60 e + anos	
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
252	281	1.198	1.122	1.403	1.399	2.856	2.707	2.167	2.454	1.693	1.789	1.269	1.216	762	703	945	930

Imagem 01 - Pirâmide Etária da População Indígena Aldeada em Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes no Plano Distrital de Saúde Indígena do DSEI-MGES (2024-2027);

De acordo com a tabela e a pirâmide etária expostas acima, as faixas etárias que apresentam o maior número de indivíduos é a de 0 a 10 anos bem como a de 10 a 19 anos. Este dado sugere que a população de crianças e adolescentes são predominantes entre as populações indígenas, indicando uma concentração significativa de indivíduos nesses segmentos etários em contraposição ao número de adultos e idosos.

Inferese, portanto, que a população indígena aldeada em Minas Gerais possui uma baixa expectativa de vida e uma pirâmide etária jovem, cuja base é alargada.

Tabela 02 - Distribuição de Famílias, Residências e Aldeias por Município

Município	Quantidade de famílias	Quantidade de residências	Quantidade de aldeias
Santa Helena De Minas	230	185	13
Bertópolis	247	172	8
Campanário	14	13	1
Ladainha	67	40	3
Teófilo Otoni	94	79	2
São João Das Missões	3404	2479	32
Itacarambí	248	118	2
Araçuaí/Coronel Murta	8	8	2
Caldas	59	66	3
Itapecerica	10	10	1
Martinho Campos/Pompéu	37	52	2
Resplendor	223	172	8
Carmésia	125	120	4
Açucena	29	21	1
Guanhães	8	8	1
São Joaquim De Bicas	5	5	2
Presidente Olegário	30	30	1
Brumadinho	17	17	2
Esmeraldas	16	9	1
Buritzeiro	1	1	1
TOTAL	4872	3605	89

Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes no Plano Distrital de Saúde Indígena do DSEI-MGES (2024-2027);

De acordo com a tabela exposta acima, o município com o maior número de famílias é o de São João das Missões, com um total de 3.404 famílias, as quais estão distribuídas em 2.479 residências e 32 aldeias. Não obstante, o município com o segundo maior número de famílias indígenas é o de Itacarambí, com um total de 248 famílias. Ambos municípios são compostos por população indígena da etnia Xacriabá.

Ademais, município de Bertópolis, com população Maxakali, apresenta um número de famílias similar, totalizando 247 famílias distribuídas em 172 residências e 8 aldeias.

Por fim, São Joaquim de Bicas é o município com o menor registro de famílias, somando 5 famílias distribuídas em 5 residências e pertencentes a 1 única aldeia.

4. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA POPULAÇÃO INDÍGENA ALDEADA EM MINAS GERAIS

A população indígena aldeada residente em Minas Gerais enfrenta uma série de desafios que refletem a intersecção de fatores sociais, econômicos e ambientais,

os quais têm um impacto significativo na saúde dessa comunidade. Um aspecto notável dessa realidade é a luta contra as dificuldades associadas à infraestrutura e ao acesso a serviços essenciais, como saúde, água potável e saneamento.

Os Maxakalis enfrentam desafios significativos no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde. De maneira geral, observa-se que a assistência em saúde direcionada às comunidades indígenas carece de adequação às suas necessidades específicas, particularidades culturais e saberes tradicionais. Isso inclui práticas que abrangem tanto a cura de doenças quanto a proteção da família. A falta de reconhecimento e valorização dessas abordagens integrativas contribui para o agravamento das dificuldades enfrentadas por essa população no acesso a cuidados adequados.

Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) são um conceito central na saúde pública, abrangendo fatores econômicos, sociais, ambientais, políticos, culturais e subjetivos que influenciam de maneira direta ou indireta a saúde de indivíduos, populações e territórios. Esses determinantes são fundamentais para entender desigualdades em saúde, pois impactam de forma desigual diferentes grupos sociais, especialmente os mais vulneráveis, como as populações indígenas. A relação dos DSS com a equidade em saúde evidencia como forças estruturais perpetuam desigualdades, restringindo oportunidades de acesso a condições de vida dignas e serviços essenciais.

A seguir, debruçaremos em diferentes aspectos da população indígena aldeada no estado para compreensão do perfil epidemiológico dessa população

4.1. Taxa de Natalidade da População Indígena Aldeada em Minas Gerais

Tabela 03 - Evolução da Taxa de Natalidade da População Indígena Atendida pelo DSEI MGES de 2020 a 2022

2020	2021	2022
26,95	28,23	24,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes no Plano Distrital de Saúde Indígena do DSEI-MGES (2024-2027);

A análise da tabela nos permite inferir que a taxa de natalidade da população indígena aldeada abrangida pelo DSEI MGES é superior a média nacional e estadual. Contudo, esse índice elevado não se traduz necessariamente em ganhos populacionais significativos, devido às altas taxas de mortalidade infantil e juvenil. Essa realidade reflete uma pirâmide etária alargada na base e menos equilibrada em relação à população não indígena em Minas Gerais e no Brasil.

4.2. Morbidades Predominantes

Quadro 01 - Principais Morbidades que Acometeram a População Indígena Aldeada Atendida pelo DSEI MGES entre 2020 e 2022

Morbidade	Taxa de Incidência (Por 1.000 habitantes)		
	2020	2021	2022
J00 - Nasofaringite aguda [resfriado comum]	88,46	156,32	156,54
A09 - Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível	41,83	55,46	57,85
A16.9/A15.0/A15 - Tuberculose	31,25	16	28
J06.9 - Infecção aguda das vias aéreas superiores não especificada	31,25	19,54	22,23
J11.8 - Influenza [gripe] com outras manifestações, devido a vírus não identificado	8,46	21,57	31,47
J03.9 - Amigdalite aguda não especificada	26,35	12,99	15,29
N39.0 - Infecção do trato urinário de localização não especificada	15,91	13,46	13,8
J30.4 - Rinite alérgica não especificada	8,13	9	9,55
B82.9 - Parasitose intestinal não especificada	8,41	10,3	9,8
B86 - Escabiose [sarna]	7,73	7,7	7,05
J01.9 - Sinusite aguda não especificada	9,19	8,68	8,68

Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes no Plano Distrital de Saúde Indígena do DSEI-MGES (2024-2027);

As doenças do aparelho respiratório, infecciosas e parasitárias se destacam como as principais causas de morbidade no período analisado (2020-2022), evidenciando condições de vulnerabilidade socioambiental e sanitária vivenciadas por essa população.

4.3. Mortalidade Geral da População Indígena Aldeada em Minas Gerais

Tabela 04 - Evolução da Taxa de Mortalidade da População Indígena Aldeada Atendida pelo DSEI MGES entre 2020 e 2022

	2020	2021	2022
Nº de óbitos	69	98	100
Taxa de Mortalidade (por 1.000 habitantes)	3,84	5,49	5,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes no Plano Distrital de Saúde Indígena do DSEI-MGES (2024-2027);

Percebe-se a partir da análise da tabela, um aumento significativo, de 47%, da Taxa de mortalidade da população indígena em Minas Gerais entre os anos de 2020 e 2022. As causas dessas mortes, bem como sua ocorrência nesses anos serão analisadas na próxima tabela.

Quadro 02 - Principais Causas de Óbito da População Indígena Aldeada Atendida pelo DSEI MGES entre 2020 e 2022

Principais Causas de Óbito	Nº de óbitos		
	2020	2021	2022
1. Pneumonia (CID 10 - J15.9; J18.9; J18)	11	2	8
2. Outras Doenças mal definidas e as não especificadas de mortalidade (CID 10 - R99)	7	4	2
3. Insuficiência Renal (CID 10 - N18; N17; N17.9)	4	2	5
4. Lesão autoprovocada intencionalmente (CID 10 - X70.0; 78.0)	3	2	1
5. Diabetes Mellitus (CID 10 - E11; E14.5; E14)	3	0	1
6. Acidente Vascular Cerebral (CID 10 - I64)	3	3	0
7. Cirrose hepática (CID 10 - K70.3; K70)	3	5	0
8. COVID-19 (CID 10 - U07.1)	1	6	0
9. Traumatismo Craniano (CID 10 - S06)	0	4	5
10. Hipertensão (CID 10 - I10; I15.9; I15.8)	0	5	0
11. Neoplasia maligna dos bronquíolos e do pulmão (CID 10 - C34)	0	3	0
12. Enforcamento, estrangulamento e sufocação (CID 10 - Y20.0; y20.4)	0	3	2
13. Raiva (CID 10 - A82.0; A82.9)	0	0	4
14. Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível (CID 10 – A09)	1	2	3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes no Plano Distrital de Saúde Indígena do DSEI-MGES (2024-2027);

A análise da Tabela 06 revela que a pneumonia (CID-10 J15.9/J18.9/J18) foi a principal causa de óbito na população indígena aldeada atendida pelo DSEI MGES entre 2020 e 2022, com destaque para 11 óbitos em 2020, redução para 2 em 2021, e aumento novamente para 8 em 2022. A flutuação nesses números pode indicar variações no controle da doença e nas condições de saúde da população ao longo dos anos. Essa morbidade continua a ser um problema grave, refletindo as condições de vulnerabilidade sanitária e o acesso limitado a cuidados médicos adequados.

Outro dado importante é o número de óbitos por lesões autoprovocadas intencionalmente, que se mantiveram em 3 casos em 2020, com uma leve queda para 1 óbito em 2022. Além disso, há registros de óbitos por diabetes mellitus, acidente vascular cerebral e cirrose hepática, com alguns anos apresentando flutuações nos números. Esses dados indicam que, além das doenças infecciosas, questões de saúde crônicas e fatores sociais e emocionais, como lesões autoprovocadas, também afetam significativamente a população indígena aldeada atendida pelo DSEI MGES.

4.4. Mortalidade Infantil (crianças <1 ano) da População Indígena Aldeada em Minas Gerais entre 2020 e 2022

Tabela 06 - Evolução do Número de Óbitos e da Taxa de Mortalidade Infantil da População Indígena Atendida pelo DSEI MG ES entre 2020 e 2022

	2020	2021	2022
Nº de óbitos	8	10	14
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)	16,52	19,8	30,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes no Plano Distrital de Saúde Indígena do DSEI-MGES (2024-2027);

Quadro 03 - Principais Causas de Mortalidade Infantil (crianças <1 ano) da População Indígena Atendida pelo DSEI MG ES entre 2020 e 2022

Causa de Óbito	Número de Óbitos		
	2020	2021	2022
Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível (CID-10)	1	1	2
Síndrome da angústia respiratória do recém-nascido (CID-10 P22.0; P22)	1	0	1
Broncopneumonia não especificada (CID-10 J18.0; J18.9; J15)	1	0	2
Septicemia (CID-10 P36.2; P36)	1	0	2
Desnutrição proteico-calórica de graus moderado e leve (CID-10 E43; E44)	0	1	1
Malformação (CID-10 Q24.9; Q28.9; Q21)	0	1	2
Choque (CID-10 R57.0; R57)	1	1	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados presentes no Plano Distrital de Saúde Indígena do DSEI-MGES (2024-2027);

A análise das tabelas evidencia um aumento expressivo na mortalidade infantil entre crianças indígenas menores de 1 ano, com o número de óbitos subindo de 8 em 2020 para 14 em 2022, representando um crescimento de 75% no período. A taxa de mortalidade infantil acompanhou essa tendência, passando de 16,52 para 30,1 óbitos por 1.000 nascidos vivos, um aumento de 82%. Entre as principais causas de óbito, destacam-se condições preveníveis e tratáveis, como diarreia e gastroenterite infecciosa presumível, broncopneumonia e septicemia, cada uma dobrando em frequência ao longo dos anos. Outras causas, como desnutrição proteico-calórica e malformações congênitas, reforçam o impacto de fatores estruturais e sociais na saúde dessa população.

5. FLUXO DE ATENDIMENTO DO DSEI

5.1. Competências do DSEI em Minas Gerais

Conforme instituído pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, cada Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) organizará uma rede de serviços de atenção básica de saúde dentro das áreas indígenas, integrada e hierarquizada com complexidade crescente e articulada com a rede do Sistema Único de Saúde. Dessa maneira, entende-se que as competências do DSEI nos municípios com população indígena aldeada em Minas Gerais é compatível com as atribuições das Secretarias Municipais de Saúde na atenção primária dos usuários do SUS. Dessa maneira, compreende-se as seguintes competências do DSEI-MGES em relação a rede do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI-SUS), em similaridade à Política Nacional de Atenção Básica (PNAB):

- Organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica, de forma universal, dentro dos territórios indígenas ;
- Programar as ações da Atenção Básica a partir de sua base territorial indígena, de acordo com as necessidades de saúde identificadas em sua população, utilizando instrumento de programação nacional vigente;
- Organizar o fluxo de pessoas, inserindo-as em linhas de cuidado, instituindo e garantindo os fluxos definidos na Rede de Atenção à Saúde entre os diversos pontos de atenção de diferentes configurações tecnológicas, integrados por serviços de apoio logístico, técnico e de gestão, para garantir a integralidade do cuidado;
- Estabelecer e adotar mecanismos de encaminhamento responsável pelas equipes que atuam na Atenção Básica, de acordo com as necessidades de saúde das pessoas, mantendo a vinculação e coordenação do cuidado;
- Manter atualizado mensalmente o cadastro de equipes, profissionais, carga horária, serviços disponibilizados, equipamentos e outros no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde vigente, conforme regulamentação específica;
- Organizar os serviços para permitir que a Atenção Básica atue como a porta de entrada preferencial e ordenadora da RAS;
- Fomentar a mobilização das equipes e garantir espaços para a participação da comunidade no exercício do controle social;
- Prestar apoio institucional às equipes e serviços no processo de implantação, acompanhamento e qualificação da Atenção Básica;
- Desenvolver ações, articular instituições e promover acesso aos trabalhadores para formação e garantia de educação permanente e continuada aos profissionais de saúde de todas as equipes que atuam na Atenção Básica implantadas;
- Garantir recursos materiais, equipamentos e insumos suficientes para o funcionamento das UBS e equipes, para a execução do conjunto de ações propostas;
- Garantir acesso ao apoio diagnóstico e laboratorial necessário ao cuidado resolutivo da através de articulação de rede com o Estado e municípios
- Alimentar, analisar e verificar a qualidade e a consistência dos dados inseridos no SIASI (Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena) a serem enviados às outras esferas de gestão, utilizá-los no planejamento das ações e divulgar os resultados obtidos, a fim de assegurar o direito fundamental de acesso à informação;
- Organizar o fluxo de pessoas, visando à garantia das referências a serviços e ações de saúde fora do âmbito da Atenção Básica e de acordo com as necessidades de saúde das mesmas;
- Assegurar o cumprimento da carga horária integral de todos os profissionais que compõem as equipes que atuam na Atenção Básica, de acordo com as jornadas de trabalho especificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde vigente e a modalidade de atenção.
- Ademais, destaca-se que o DSEI MGES conta com a participação de um(a) apoiador(a) Técnico em Atenção à Saúde. Cabe a esse profissional, por sua vez, o apoio para a inserção do indígena na rede SUS a partir da atenção primária, desenvolvendo as seguintes atribuições:
- Fortalecer o DSEI nas relações institucionais (Secretarias Municipais de Saúde, Secretarias de Estado de Saúde, Colegiados de Gestão, outras Secretarias do MS);
- Apoiar a inserção do DSEI nas discussões de Redes de Atenção à Saúde;

- Apoiar a articulação interfederativa, facilitação e mediação de processos de Educação Permanente em Saúde para o DSEI;
- Elaborar as informações estratégicas do DSEI por meio da ferramenta "cartografia" para subsidio de sua atuação nos territórios indígenas;

5.2. Organização do DSEI em Minas Gerais

Conforme disposto na Portaria nº 1.317, de 3 de agosto de 2017:

§2º Entende-se por Casa de Saúde Indígena (CASAI) como estabelecimento responsável pelo apoio, acolhimento e assistência aos indígenas referenciados aos demais serviços do SUS, para realização de ações complementares de atenção básica e de atenção especializada, sendo também destinada a seus acompanhantes, quando necessário.

§3º Entende-se por Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) o estabelecimento de saúde localizado em território indígena, destinado à execução direta dos serviços de atenção à saúde e saneamento realizados pelas EMSI.

§4º Entende-se por Polo Base Tipo I - Sede como estabelecimento de saúde localizado na aldeia, destinado à administração e organização dos serviços de atenção à saúde indígena e saneamento, bem como à execução direta desses serviços em área de abrangência do Polo Base, definida dentro do território do DSEI.

§5º Entende-se por Polo Base Tipo II - Sede como estabelecimento localizado em área urbana destinado exclusivamente à administração e organização dos serviços de atenção à saúde indígena e saneamento desenvolvida em área de abrangência do Polo Base, definida dentro do território do DSEI.

Figura 01 - Organização do Modelo Assistencial do Distrito Sanitário Especial Indígena



Nesse sentido, destaca-se que todas as unidades acima descritas têm a capacidade de encaminhamento do usuário indígena aos demais níveis de atenção à saúde, por conseguinte, podendo encaminhar o indígena do polo tipo I para o Polo Tipo II e deste para CASAI, de onde acessará a rede ou diretamente de um dos polos para a rede, o encaminhamento respeitará a necessidade e gravidade do paciente.

Notas de Rodapé:

¹ De forma complementar, a presente Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais realiza o cofinanciamento da Política Nacional através das Resoluções SES/MG nº 9.480 e nº 9.481, de 30 de abril de 2024. Esse processo ocorre por meio da elaboração de um Plano de Execução, que deve ser desenvolvido dentro do Grupo Condutor de Saúde Indígena do município e que possui participação da comunidade indígena aldeada identificada, com base nas necessidades de saúde identificadas no território. Ressalta-se que o referido plano deve ser submetido à posterior ciência do Conselho Local de Saúde Indígena antes da execução do recurso.

Esse repasse possui um valor anual total de R\$ 3.750.000,00 e é destinado aos 22 municípios mineiros que possuem população indígena aldeada identificada. Dentre esses municípios, destacamos que o município de Esmeraldas recebeu duas parcelas de R\$ 51.136,36 de verba de custeio nos anos de 2023 e 2024. Esse montante foi destinado "à manutenção das ações e serviços no âmbito da atenção primária à saúde, com foco específico na população indígena residente em aldeias". Além disso, está prevista a continuidade desse repasse para o próximo ano, garantindo a sustentação dessas iniciativas.

² Além das etnias e aldeias mencionadas, o DSEI MGES atende também os Tuxá / Comunidade Setsyor Bragagá (Buritizeiro); Xucuru kariri / Comunidade Arapowã Kakyá, Pataxó Hã Hã Hã / Comunidade Kamakã Mongoió (Brumadinho); Pataxó Hã Hã Hã / Comunidade Kamakã Kaêha Puá (Esmeraldas); Kariri Wakonã (Caldas); Pataxó Hã Hã Hã / Comunidade Katurama, Pataxó Hã Hã Hã / Comunidade Chácara Dimas (São Joaquim de Bicas) e Canoeiro, Aranã Índio e Aranã Caboclo (Araçuaí/Coronel Murta) - ADPF 709

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Distrital de Saúde Indígena. Governador Valadares, MG: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002.

BRASILEIRO, Shiela. Kiriri. Povos Indígenas do Brasil, Instituto Socioambiental, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kiriri>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CAMARGO, Pablo Matos. Povos indígenas em Minas Gerais. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES, 2020. Disponível em: <https://cedefes.org.br/artigo-povos-indigenas-em-minas-gerais/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CARVALHO, Maria Rosário. Pataxó. Povos Indígenas do Brasil, Instituto Socioambiental, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CARVALHO, Maria Rosário; SOUZA, Jurema Machado de Andrade. Pataxó Hãhãhã. Povos Indígenas do Brasil, Instituto Socioambiental, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo-ha-ha-hae>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CORRÊA, S. N. Relato de Experiência - Organização do Povo Xakriabá para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

DAI/AMTB. Relatório 2010 – Etnias Indígenas do Brasil. Organizador: Ronaldo Lidório. Instituto Antropos, 2010. Disponível em: <http://instituto.antropos.com.br>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GASPAR, Lúcia. Índios Pankararu. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em: 27 nov. 2023.

LEWIS, M. Paul (Ed.). Ethnologue: Languages of the World. 16th ed. Dallas, Tex: SIL International, 2009. Disponível em: <http://www.ethnologue.com>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Resolução SES/MG nº 8.893, de 25 de julho de 2023. Define as regras para cofinanciamento da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), na despesa de custeio, no âmbito da atenção primária à saúde, especificamente para a população indígena que vive em aldeias no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde, 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Resolução SES/MG nº 8.894, de 25 de julho de 2023. Define as regras para cofinanciamento da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), na despesa de capital, no âmbito da atenção primária à saúde, especificamente para a população indígena que vive em aldeias no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde, 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Resolução SES/MG nº 9.480, de 30 de abril de 2024. Altera a Resolução SES/MG nº 8.893, de 25 de julho de 2023, que define as regras para cofinanciamento da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), na despesa de custeio, no âmbito da atenção primária à saúde, especificamente para a população indígena que vive em aldeias no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde, 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Resolução SES/MG nº 9.481, de 30 de abril de 2024. Altera a Resolução SES/MG nº 8.894, de 25 de julho de 2023, que define as regras para cofinanciamento da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), na despesa de custeio, no âmbito da atenção primária à saúde, especificamente para a população indígena que vive em aldeias no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde, 2024.

MOKURIÑ. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2023. Disponível em: <https://wikipedia.org/wiki/Mokuriñ>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Krenak. Povos Indígenas do Brasil, Instituto Socioambiental, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/krenak>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Maxakali. Povos Indígenas do Brasil, Instituto Socioambiental, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/povo/maxakali>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SILVA, Cácio Evangelista. Minas Indígena: Levantamento Sociocultural e Possibilidades de Abordagens Missionárias nos Grupos Indígenas de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Missiologia). Escola de Missões Transculturais do Centro Evangélico de Missões, Viçosa, MG, 2002.

ANEXO I - ESPECIFICIDADES DE CADA ETNIA

ETNIA KAXIXÓ	
Autodenominação	Kaxixó significa, conforme um Kaxixó, ‘pedra’ ou ‘caverna’, que é a Nossa Senhora da Lapa. Reconhecidos oficialmente pela Funai como grupo indígena em dezembro de 2001, depois de quinze anos de luta por tal reconhecimento, 17 sua grande luta agora é pela posse das terras tradicionais e o fortalecimento cultural tão desejado pelo grupo (Silva, 2007)
Localização	Terra Indígena Kaxixó de 5.411ha atravessada pelo rio Pará entre Martinho Campos e Pompéu, MG, ao sul da Rodovia José Roberto Pena. Identificada e aprovada pela FUNAI e sujeita a contestação (Silva, 2007).
Língua	Atualmente falam somente a língua Portuguesa. Não há registro da língua originária desse povo
História	A região dos Kaxixó era nas cabeceiras do rio São Francisco, do rio das Velhas e do rio Pará em no centro sulista de Minas Gerais. Quinze sítios arqueológicos foram encontrados, sendo sete pré-coloniais e oito históricos, compostos por grandes fragmentos cerâmicos e estruturas de fornos, além de instrumentos líticos polidos, tais como machadinhas, batedores, mão-de-pilão e quebra-cocos. A identificação e comprovação destes sítios arqueológicos ser o território tradicional dos Kaxixó, foi como uma injeção de ânimo na sua luta pelo reconhecimento étnico oficial (Silva, 2007).
Estilo da Vida	Como o território atual é pequeno e descontínuo, sendo insuficiente para o abastecimento de todo o grupo, a maior parte dos Kaxixó é empregada de fazendas vizinhas, principalmente como vaqueiros e roceiros. Entretanto, mesmo com a insuficiência territorial, alguns praticam a agricultura familiar de subsistência. Suas terras tradicionais, sob posse de vários fazendeiros. Reivindicam uma área de 27.150 ha, enquanto atualmente ocupam insuficientes 35,28 hectares (Silva, 2007). Capão do Zezinho, principal concentração do povo, é um pequeno vilarejo, com muitas árvores frutíferas e casas de alvenaria, água encanada e energia elétrica. Ao centro há um templo católico, ao lado da casa de ritual e do rancho de festas, ambos cobertos de capim e sem paredes. O primeiro é destinado às suas danças tradicionais e missas, enquanto o segundo é destinado aos festejos e comemorações. Neste vilarejo têm ainda um edifício onde funciona uma escola (Silva, 2007). Os Kaxixó cultivam principalmente feijão, arroz, milho, algodão, mandioca, cará e amendoim. Criam também animais de pequeno porte, como porcos e galinhas. Nas proximidades do Capão do Zezinho há outros três lugares de posse dos Kaxixó, que é a Fazenda Criciúma, Pindaíba e Fundinhos, estes dois últimos na Fazenda São José (Silva, 2007).
Sociedade	Como na maioria dos grupos indígenas do Estado, há um Conselho, formado pelos anciãos do grupo, tanto homens como mulheres, ao qual cabe pesar as decisões a serem tomadas, principalmente articulações políticas internas ou externas do. Esse conselho é chamado de “Liderança”. Eleito democraticamente, o cacique tem a responsabilidade de representar o povo nos contatos externos, bem como liderar reuniões e tomadas de decisão. É uma função recente, pois somente depois que iniciaram a luta pelo reconhecimento e se reorganizaram em tribo foi possível e tornou-se necessária uma liderança constituída. O vice-cacique tem a responsabilidade de responder pelo cacique na ausência do mesmo, bem como auxiliá-lo em todas as suas atividades (Silva, 2007). Algumas famílias praticam a pesca no Rio Pará como principal fonte de subsistência, mas dispõem de pouquíssimos equipamentos, principalmente geladeiras, o que dificulta a venda de peixes no mercado regional. Há famílias que se valem da aposentadoria dos mais idosos (Silva, 2007).
Artesanato	Outra fonte de sustento tem sido o artesanato. Neste aspecto desenvolvem algo que não se verifica em outros grupos indígenas de Minas, que é a fabricação de peças de barro, como pequenos potes, geralmente enfeitadas com penas (Silva, 2007)

Religião	A maioria se identifica como católico, mas durante a história continuaram fazendo seus rituais. Usam um terreiro, chamado Cruzeiro, no Capão do Zezinho, onde o povo vai todas as noites rezar, durante o mês de maio. Levam a imagem de Nossa Senhora Aparecida, uma vela e, ao iniciar a reza, estouram fogos, acendendo uma fogueira. Cada noite um deles é o responsável pela leitura do evangelho. E pedem proteção e saúde para cada família Kaxixó (Silva, 2007). A Casa de Ritual no centro da aldeia do Capão do Zezinho foi construída em contrapartida ao templo católico se alvenaria ao lado daquele. Trata-se de um rancho com aproximadamente quatro metros de comprimento por dois e meio de largura, com três troncos de cada lado e três ao centro, sem paredes, coberto de capim. Neste Rancho passaram a ser realizados tanto rituais de invocação de espíritos, como missas, rezas e novenas. Em 2002, o Rancho estava quase abandonado, sendo utilizado como depósito de arreios de animais e outros objetos diversos (Silva, 2002). A principal dança dos Kaxixó é a chamada Dança do Jacaré, praticada desde antes na chegada dos brancos em 1500. A dança é em que duas fileiras de mesmo 19 número de pessoas se formam de um lado e de outro. Os da fileira de cá cantam o Jacaré e quando fala, cá, 'jacaré', e eles falam, 'a lagoa secou e você teve que voltar', aí os de lá vêm e se encontram no meio, e eles dão uma volta e os de cá passam para lá, e os de lá passam para cá (Silva, 2002). Algumas famílias praticam a invocação de espíritos em rituais que chamam de "lei do índio" ou "língua de Angüera". Um pajé vive no povoado de Ibitira, que é considerado de possuir o poder de curar. Pinturas corporais têm sido cada vez mais usadas, principalmente em datas ou locais especiais, como em congressos ou comemorações fora do seu território. Geralmente fazem riscos de cores diversas no rosto e os homens também no tórax. Como enfeites usam principalmente colares e pulseiras de madeira ou sementes, e cada líder possui um belo cocar (Silva, 2007)
Cosmovisão	Na cosmovisão kaxixó, duas entidades são centrais. Uma delas é Jacy, a quem atribuem as qualidades de Deus. A este, faz oposição o terrível Angüera, associado ao Diabo. Tanto Jacy como Angüera são designações recorrentes em povos Tupi, sendo Jacy o nome dado à Lua, a divindade geralmente vinculada ao irmão gêmeo Sol, e Angüera um espírito usualmente vinculado aos mortos e à animalidade, representando perigo aos vivos. Outra classe de entidades são os Caboclos d'Água, que simbolizam a rejeição total ao contato com os 'brancos'. Vivem em tocas às margens das águas do rio Pará. Falam uma língua específica, todavia são capazes de se fazer entender ou de ser entendidos pelos Kaxixó. São homenzinhos cobertos de pelos, que nadam como peixes e são considerados antepassados dos Kaxixó (Silva, 2007).

ETNIA KIRIRI	
Autodenominação	Kiriri é tupi que significa povo 'calado' ou 'taciturno', termo atribuído aos indígenas que viviam no sertão (Brasileiro, 2003). Localização: Os Kiriri vieram da Bahia, do Município de Moquéim do São Francisco na Bahia, em decorrência da busca de melhoria de vida, visto que o seu território não comporta a população indígena e as condições climáticas na região estão cada vez mais extremas. Hoje ocupam um terreno do estado de Minas Gerais na cidade de Caldas. A terra que pertencia ao Governo do Estado de Minas Gerais foi repassada ao uso dos Kiriri mediante um Projeto de Lei da Deputada Estadual Andréia 20 de Jesus, mediante a uma permuta de outra terra que pertencia ao Governo Federal (Camargos, 2020)
Língua	Falam hoje apenas o Português, embora utilizem esporadicamente alguns fragmentos do dialeto kipeá, da família linguística Kariri (PIB,2006).
Estilo da Vida	Os Kiriri que residem em Minas Gerais, construíram suas casas de pau a pique e barro, plantam lavouras, árvores frutíferas e plantas medicinais de forma agroecológica, sem veneno e, mesmo sem a estrutura adequada, passando por dificuldades pela falta de atenção do Poder Público, as famílias lutam pelo sagrado direito à terra que lhes pertence, por direito legítimo, para que possam nela viver e conviver em paz e harmonia com a Mãe terra e toda a natureza, e uns com os outros e com comunidade entorno, conforme sua cultura, suas tradições, suas origens, em sintonia com todos os encantados, seus ancestrais (Moreira, 2019)
Sociedade	Os Kiriri têm a família nuclear como a unidade de produção e consumo. Famílias podem se cooperar em grupos chamados 'batalhões' ou 'adjuntos' e o número de dias é trocado entre os membros, o dono da casa construída ou a roça brocada fornece os alimentos. Os Kiriri se organizam em duas facções, cada uma com seu cacique auxiliado por seus conselheiros ou chefes dos núcleos de residência. Muitos Kiriri fazem migrações a São Paulo e Rio de Janeiro, para outras cidades do nordeste. Também trabalham nas fazendas vizinhas (Brasileiro, 2003).
Artesanato	Vendem no mercado cerâmicas e trançados
Religião	Os Kiriri aprenderam o Toré dos indígenas da T. I. Tuxá em 1974, e por consequência certas prática xamanísticas do próprio povo eram marginalizadas. Seus encantados ou heróis sobrenaturais eram destacados e seus cânticos era acrescentados ao ritual aprendido. As pessoas congregam-se ao terreiro aos sábados à noite e a 'jurema' é a ingestão durante a dança seguida pelas cerimônias de 'limpeza' conduzidas pelo pajé e os encantados são convidados a participar. Depois da dança em uma fila serpenteia os encantados 'falam' em uma língua desconhecida pelo povo, mas interpretada pelos líderes políticos (Brasileiro, 2003)

ETNIA KRENAK	
Autodenominação	O nome Krenák é o do líder do grupo que comandou a cisão dos Gutkrák do rio Pancas, no Espírito Santo, no início do século XX (Paraíso, 1998). Outros Nomes: Borun, Crenaque, Nakrehê, Crenac, Krenac, Botocudos (DAI/AMTB 2010). É um grupo da nação indígena chamados pelos portugueses de Botocudos, e eram conhecidos pelos Tupi como os Aimorés. Outros grupos Botocudos do rio Doce são os Pojixá, Nakrehê, Miñajirum, Jiporók e Gutkrák (Paraíso, 1998). Os Krenak, anteriormente, receberam as denominações Aimoré, Gren, Gueren ou Kren e Botocudo (Paraíso, 1998).
Localização	Em cinco Terras Indígenas: T. I. Vanuire, T. I. Krenak, T. I. Fazenda Guarani; T. I. Krenak de Sete Salões e Reserva indígena Krenrehê (DAI/AMTB 2010).

Língua	Krenak ou Borun é da família linguística Macro-Jê, e a maioria falam português. Apenas as mulheres mais idosas falam as duas línguas (Paraíso, 1998). Em alguns períodos da história, os Krenak chegaram a ser proibidos de falar a sua língua (Dutra, 1998:103), o que, somado ao forçado processo de miscigenação e dispersão, resultou numa perda quase total da língua, fazendo com que todos se tornassem falantes do português. Entretanto, as mulheres mais idosas preservaram a língua, passando para suas filhas, que não eram vistas como ameaça. Algumas delas, quando crianças, aprenderam a falar apenas a língua tradicional (Silva, 2002).
Estilo da Vida	O Território Indígena Krenak, somando um total de 3.983,09 ha., está localizado no Município de Resplendor, Vale do Rio Doce, no sudeste de Minas, quase limítrofe com o Espírito Santo. Tomando a cidade de Resplendor como referência, a reserva se localiza a noroeste da mesma, na margem esquerda do Rio Doce, fazendo fronteira com o município de Conselheiro Pena a oeste. A aldeia mais próxima dista 12 km de Resplendor. O Rio Eme corta todo o território, desembocando no Rio Doce ao sul da reserva, e no centro do território está a Serra do Kupaake, que divide a reserva no sentido leste-oeste. A população Krenak soma cerca de 230 pessoas, com pouco mais de trinta famílias nucleares, oriundas de três famílias extensas, distribuídas em três aldeias, com habitações altamente dispersas, algumas distando até quilômetros uma das outras. Com a expulsão dos fazendeiros os indígenas aproveitaram suas casas de alvenaria para fixar residência. (Silva, 2002).
Sociedade	A confederação dos Botocudos era formada por um grande número de grupos étnicos que tendo se aliado na luta contra outras etnias, e posteriormente na resistência aos colonizadores, compartilhavam uma mesma cultura e língua, possuindo uma pequena variação linguística que caracterizava cada grupo. Com a expansão dos colonos, estes vários grupos paulatinamente sucumbiram à pressão. O último grupo a negociar a sua rendição foi o Gutkrak (montanha do cágado) liderado pelo Capitão Krenak (Silva, 2002) A sociedade Krenak se divide internamente em grupos rivais. O cacique que trata das relações externas para o povo, não tem autoridade interna sobre os outros dois grupos. O resultado é que alguns projetos assistenciais destinado ao povo acabam beneficiando apenas as aldeias de Córrego da Gata e Barra do Eme. Certas mulheres exerceram forte liderança, por serem descendentes do xamã Krenak, mas não podem representar o povo publicamente. Elas deterem o domínio da língua e a memória histórica do povo e acabam exercendo certa liderança. O filho do cacique toma seu lugar e a sua preparação para o exercício de sua atividade é promovida por sua mãe (Silva, 2002). A sua língua quase entrou em extinção, sendo preservada apenas pelas mulheres mais idosas, entretanto. Novamente de posse do seu território tradicional, iniciaram um intenso processo de resgate cultural e linguístico, que já tem dado resultados visíveis e muito positivos. Nos últimos anos tem sido feito um esforço deliberado para que as crianças e adolescentes aprendam a sua língua, e felizmente estão tendo êxito, pois hoje, as crianças e grande parte dos adolescentes já se comunicam bem na língua tradicional, tendo inclusive, professores que a dominam (Silva 2002:78). A sua língua tribal é ensinada na escola como uma das principais disciplinas do seu currículo. No lar, as mães, avós e irmãos, procuram intencionalmente conversar com as crianças também na língua para desenvolver a capacidade de conversação. Assim, a comunidade Krenak vai resgatando sua língua e linguagem tradicional (Silva 2002:80). Por muito tempo os Krenak não possuem um xamã, mas as duas aldeias aliadas promovam o poder mediúnico de uma neta dos velhos xamãs. A outra aldeia não aceita isso por ela ser casada com um kraí ou não índio, pois os marét não se presenciam na presença dos não indígenas (Silva, 2002).
Religião	A despeito da forte influência católica que os Krenak receberam desde o contato, eles são enfáticos em afirmar: “não somos católicos nem protestantes” ⁶⁵ . 23 Verificando um pouco mais acuradamente a sua religiosidade, é fácil perceber que eles foram fortemente influenciados pelo catolicismo regional. Entretanto, fica claro também que a sua base de concepção tanto da religião, como do mundo, é animista. Poderíamos classificá-los então, como animistas sincretistas com forte influência católica (Silva, 2002). Há uma tradição que antigamente os Botocudos dançaram em redor de um mastro sagrado com uma cabeça no alto, rezando para o maret makiñam, um velho de cabeça branca (Seki, 1992). A dança cerimonial que os Krenak chamam simplesmente de ‘trabalho’ era realizada com muita frequência próximo ao cemitério dos seus ancestrais, em torno de uma estátua de madeira chamada Yonkyón que era uma figura central na cosmologia Krenak. Yonkyón desapareceu em 1939, havendo fortes indícios de que tenha sido roubado por Nimuendajú. De qualquer forma, após o desaparecimento de Yonkyón os rituais foram diminuindo até deixarem de ser praticados. Com o despertamento para o resgate cultural e o surgimento de uma xamã, as danças voltaram a ser praticadas, mas não com o mesmo vigor. Os Krenak reconstruíram uma casa de religião, onde voltaram a praticar seus rituais tradicionais (...). Consistem basicamente em danças, cantorias e na transmissão de mensagens dos ancestrais à comunidade ou a determinadas pessoas. Rituais de nascimento, iniciação, casamento e morte, já não são mais praticados (Silva, 2002). A casa de religião (Kieme-burúm) é onde realizam suas danças cerimoniais, sendo um simples e pequeno rancho improvisado. Desta forma, o seu encanto ou dimensão sagrada possui caráter temporário (Silva, 2002). Os Krenak crêem que cada pessoa possui uma alma principal e várias secundárias, sendo que a morte acontece quando a principal deixa o corpo, mas as demais permanecem ainda por algum tempo, podendo inclusive se transformar em animais encantados – preferencialmente onças. Isto fica claro no comentário que eles fazem sobre a morte do grande cacique Krenak: “E o tempo passou, sentimos o fim de suas energias. Krenak chamou seu povo: Eu vou morrer (...) Veio outra lua e a alma principal do velho Krenak deixou seu corpo” (Silva, 2002). As almas são adquiridas a partir dos quadros anos de idade, quando são implantados os primeiros botoques labiais e auriculares. Esta alma abandona o corpo durante o sono ou fica fora durante doenças, e morre dentro o corpo quando a pessoa morre. Seis mais almas acompanham o cadáver e pairam sobre o túmulo, chorando. Caso estas almas 24 não recebessem alimento dos vivos, poderiam transformar-se em onças para ameaçar a aldeia. Dos ossos dos cadáveres, surgem espíritos maus e grandes que vivem no mundo subterrâneo, mas podem vagar pela aldeia matando os animais e assustando todos (Paraíso, 1998).
Cosmovisão	Os Krenak têm um considerável panteão de entidades que influenciam diretamente o seu dia-a-dia, pois apesar de não se relacionarem com elas a nível de mediunidade ou mesmo de oráculo, suas atitudes e crenças giram em torno de satisfazê-las ou pelo menos respeitá-las (Silva, 2002). Marét são seres espirituais que habitavam o céu (taru) Botocudo, sendo os grandes ordenadores dos fenômenos da natureza, capazes de protegerem os indígenas (burúm) enquanto os não-indígenas (kraí) estivessem distantes. Segundo eles, os marét são sempre muito bondosos para os Krenak. O marét mais reverenciado pelos Krenak é o Marét-kmakniam (“velho Marét”) (Paraíso, 1998). Os nanitiong são os espíritos encantados dos mortos que também são dignos de acato e veneração. São eles que emitem os avisos de morte e por isto quem ver um nanitiong está fadado a adoecer e até morrer. Assim como os marét, podem fecundar as mulheres e ter filhos com elas, apesar de, ao que parece, não haver nenhuma história ressentida sobre um fato destes (Silva, 2002). O último pajé hoje é considerado um nanitiong que orienta sua neta no avivamento das danças e outros rituais (Silva 2002). Os espíritos da natureza – os tokón -, escolham seus intermediários na terra, os xamãs, com os quais mantinham contato durante os rituais. Os xamãs acumulavam o cargo de líderes políticos (Paraíso, 1998). Há lugares, abrigos rupestres com pinturas no Vale do Rio Doce, que os Krenak consideram de ser feitos por seus antepassados, os Marét, e a visita a esses lugares lhes traz o sentimento de encontro e comunicação com os Marét e deixam oferendas (Paraíso, 1998)

Autodenominação	Monacó bm (Nimuendajú 1958), entretanto o Joaquim S. de Souza, antigo chefe do Posto Indígena e perito na língua, da organização social e da história dos Maxakali, diz que eles se identificam como Kumanaxú. Mas Popovich (1992) que vivia com os Maxakali por vinte anos e conhece a língua muito bem, diz 25 que usam o nome Tikmu'un que é também um coletivo 'nós'. Monocó bm refere possivelmente ao termo mōnāyxop (antepassado) (Popovich, 1980).
Outros Nomes	Maxacali, Mōnaco bm, Kumanuxú, Tikmunún, Monaxo, Caposho, Cumanasho Macuni, Monocho. Maxakali é um nome dado pelos neobrasileiros e de origem linguística desconhecida. Os próprios Maxakali não conseguem pronunciá-lo com facilidade (Popovich, 1980).
Localização	Vivem na Terra Indígena Maxakali de duas áreas – Água Boa e Pradinho unificadas na T I – no município de Bertópolis, cabeceiras do rio Umburanas, vale do Mucuri, no nordeste de Minas Gerais (SIL, 2009).
Língua	Maxakali. Da família linguística Macro Jê. Alfabetos em Maxakali 37% português 37%. Novo Testamento foi publicado em 1981 (SIL). Em Água Boa o português é falado que fluência mas em Pradinho somente os homens falam mas não muito bem. Entre si mesmos falam somente a Maxakali (Paraíso, 1999). Nimuendajú considerou a língua não do Jê e por isso ficou 'não classificada' (Popovich, 1980).
Estilo da Vida	As aldeias Maxakali têm a forma de uma ferradura, as casas em redor de um terreiro e na parte aberta da ferradura fica a kuxex, a 'casa de religião', ou casa dos homens, que é um rancho simples sem paredes, coberto de capim. Aqui são realizados os rituais (Silva, 2008). As casas tradicionais são hemisféricas, feitas de galhos e estacas finos curvados e amarrados em cima e recobertos com folhas de coqueiro ou patióba (Paraíso, 1999). Hoje casas de família nuclear do tipo regional são preferidas pelos mais aculturados e assim evitam os conflitos entre as duas culturas (Popovich, 1980). Alguns indivíduos, com viúvas, preferem morar neste tipo de casa em vez na casa comunal com os parentes do marido (Popovich 1980). Em 1980 havia somente três aldeias desta forma, Água Boa, Mikax Kakak e Xax Kunut (Popovich, 1980). Os homens caçavam, só quando a carne acabava e o grupo começa a passar fome, mas poucos precisam de sair para providenciar carne suficiente para o grupo. As mulheres plantam um pouco de batata, milho e mandioca e colhiam frutas e castanhas da floresta (Popovich, 1980). Os homens fazem diversos artigos e artesanato. Para caçar usam um arco de pau d'arco ou palmeira com um profundo sulco longitudinal na parte dianteira para uma segunda flecha. Também as mulheres pescam, coletam e realizam a colheita das roças. Responsabilizam-se também pelo 26 transporte dos pertences familiares e das crianças durante os deslocamentos do grupo (Paraíso, 1999).
Sociedade	A etnia Maxakali se forma de grupos domésticos de uma família extensa, com duas a cinco casas juntos. São matrilocais de parentes consanguíneos, liderado pelo homem mais velho (Paraíso 1999). O parentesco é muito importante na sociedade Maxacali. Membros do grupo são chamados Xape, dos quais se esperam boas relações e auxílio. Os Xape Xe'e ('parentes verdadeiros') são pais, avós, irmão com pelo menos um dos pais em comum, e filhos e netos. Um parente colateral é xape max ('parente bom') e são as tias maternas ou os tios paternos e seus filhos, os primos paralelos. Um amigo pode ser Xape. Há também parentes mais distante chamados os Xape-Hãptox Hã e são os tios maternos, as tias paternas e os primos cruzados (Popovich, 1980)
Artesanato	Os homens confeccionam arcos e flechas, vassouras, cestos, peneiras para vender nos mercados de Santa Helena e Batanga. As mulheres confeccionam vasos cerâmicos de vários tamanhos, redes de dormir, colares, cestos de carga, redes de pescar, sacos e sacolas feitos (Paraíso, 1999).
Religião	Cácio Silva escreve: 'Na base da sua concepção do divino estão os yâmiy – "espíritos do canto". São os espíritos dos falecidos que, apesar de viverem no mundo dos mortos podem interagir com os vivos. São detentores do conhecimento e, idealmente, somente eles sabem fazer os instrumentos musicais, as máscaras para os rituais, pinturas e até mesmo o arco e flecha de caça. Entretanto, o contato com eles é muito melindroso, pois estão sempre querendo levar os vivos para o seu mundo. Por isto são considerados maus e consequentemente evitados' (Silva, 2008). 'Os yâmiy se agrupam de forma misteriosa formando uma segunda categoria de entidades chamadas yâmiyxop. Não são simples agrupamentos, pois adquirem personalidade, e é através desses que se dá o contato com o divino. Estes yâmiyxop estão ordenados em vários grupos – provavelmente doze ou quatorze – e se dividem em muitos subgrupos. Há o yâmiyxop do morcego, do gavião, da mulher e assim por diante' (Silva, 2008). Em frente à kuxex, 'casa de religião', são fincados os mimânâm – "paus de religião". São varapaus ou troncos de madeira através dos quais os yâmiyxop "descem" no momento dos rituais. Os maiores são pintados em uma lateral com riscos e pontos, os quais indicam os cânticos e movimentos cerimoniais. Geralmente existem 27 três mimânâm de tamanhos diferentes: um varapau de aproximadamente oito metros de altura destinado ao Xunimkup– "yâmiyxop do morcego" – e dois troncos pequenos, com cerca de um metro e meio de altura, sendo um destinado ao Yâmigkup – "yâmiyxop da mulher" – e o outro ao Mômokakup – "yâmiyxop do gavião". Durante certos rituais eles penduram colares e outros objetos na ponta dos mimânâm, consagrando-os assim aos yâmiyxop. Às vezes, galinhas vivas são penduradas e os celebrantes atiram flechas nelas até ficarem completamente cravadas' (Silva, 2008). Enquanto os homens fazem isso, as mulheres ficam nas suas casas preparando os alimentos. Todos participam das danças no pátio, porém somente os homens podem usar os instrumentos musicais: chocalho, apito de taquara, zunidores e flechas rituais. Depois as danças os alimentos são trocados entre os homens e as mulheres e o ritual termina com um banho no rio. Hoje em dia a festa continua, mas com café e bolachas e o animal é doado e abatido no pátio (Paraíso, 1999)
Cosmovisão	Topa é o suprem ser na cosmovisão dos Maxakali. A pesca é explicada pelo mito da linda lontra que Topa lhes deu dizendo 'os Maxakali jamais passarão fome'. A condição era que os primeiros peixes grandes que a lontra jogava na praia fossem reservados para Topa. Assim os Maxakali fizeram por muitos anos, porém um dia, o genro de um dos velhos pediu a lontra para pescar. O genro colocou os três grandes peixes na sua sacola. A lontra procurou os três peixes. Não os encontrando, pulou no rio . . . e desceu o rio abaixo. A aldeia ficou triste e o velho disse, 'Topa vai nos castigar'. Topa mandou um grande dilúvio e os Maxakali subiram nas árvores, mas a água subiu e os alcançou quando fugiram para o cume da montanha mais alta e morreram todos os Maxakali daquele tempo (Silva 2008). O genro, com grande pavor, se escondeu em um pau oco e tampou as extremidades com areia e couro de veado e ficou por quarenta dias flutuando no mar, até baixaram as águas. Topa veio à terra em forma de besouro. Ele ouviu a voz dos genros 'Topa! Me tira daqui!' Topa cortar o pau com um machado, mas cada vez era o lugar da perna ou da cabeça do genro até afinal destampou o fim do pau e tirou o homem. Topa acendeu uma fogueira e foi aquecendo-o girando seu corpo, pois o homem era branco, magro e fedia de longe. Depois que ele recuperou Topa o deu comida e ofereceu levá-lo para o seu lugar. Mas o homem recusou, queira ficar na terra sozinho. Então Topa o ensinou a fazer uma armadilha para pegar uma mulher. Pegou muitos animais mas nunca uma mulher. Um dia achou uma cabana na mata e 28 dentro uma veadinha, que era uma mulher encantada. Matou o marido veado e casou-se com a mulher, e a assim o povo renasceu (Silva, 2008). Assim uma lenda atribui a formação da tribo maxacali à cópula de um homem com uma veada, enquanto os não-indígenas ou neobrasileiros, conforme acreditavam, eram descendentes das cinzas de um monstro lendário, o 'innôxa (Popovich 1980). O Sol e a Lua são irmãos. A mãe deles morreu e o Sol a enterrou, mas ela se ressuscitou. Em seguida a Lua a enterrou novamente batendo bem a terra, dizendo, 'A senhora morreu esta vez e não vai nos seguir'. O Sol ficou com raiva, porque a Lua nunca aprendia pela experiência. Um dia o Sol encontrou com um pica-pau no mato. Ele pediu que a ave o desse sua coroa de penas vermelhas. O pica-pau mandou o Sol roçar a pouca terra em baixo da árvore e depois jogou as penas para baixo. O fogo das penas apagou-se. Depois a Lua quis uma coroa de penas. O pica-pau o mandou roçar uma grande área, mas quando o pica-pau jogou as penas o fogo queimou a Lua e queimou uma grande área até as chamas se apagaram somente quando alcançaram um rio. As histórias ensinam que todas as coisas más são feitas pela Lua, e o Sol fica com raiva, se transforma em uma onça para matar a Lua. Por isso eles estão céu e nunca juntos (Popovich, 1984)

ETNIA MOKURIÑ	
Autodenominação	Mokuriñ
Localização	Os Mokuriñ vivem na área rural do município de Campanário, entre os Vales do Mucuri e Rio Doce, Minas Gerais (Wikipedia, 2023)
Língua	Tronco linguístico: Macrô - Jê (Wikipedia, 2023).
Estilo da Vida	Os Mokuriñ pertencem ao grande grupo dos povos chamados “Botocudos”, aldeados em Itambacuri desde o século XIX, pelos frades capuchinhos Frei Serafim de Gorizia e Frei Ângelo de Sassoferato. Os Povos Indígenas do Vale do Mucuri pertenciam ao tronco linguístico e cultural Macro Jê. Povos nômades, guerreiros, coletores, caçadores e pescadores, Ocupavam toda a faixa leste do país contígua ao litoral, coberta pela mata atlântica. Esta área incluía os Vales dos rios Pardo, Jequitinhonha, São Mateus, Rio Doce e Mucuri (Wikipedia, 2023). Os vários empreendimentos governamentais (mineração, pecuária, transporte, comércio, etc.) que visavam a ocupação da região foram pela ótica dos indígenas, 29 entendidos por estes povos guerreiros, como ameaça a seus destinos e projetos de vida (Wikipedia, 2023). Os Mokuriñ viam seus territórios retalhados, cortados por estradas e entregues aos invasores que se tornando donos, davam outros nomes e sentidos a floresta, aos acidentes geográficos e ali construíam fazendas, currais, erguiam quartéis, casas e povoados. A atuação do Estado durante grande parte do século XX tinha como política a integração do indígena à sociedade nacional. Durante o período da ditadura, apoia a militarização das aldeias, não deixando vislumbrar outra perspectiva para os indígenas (Wikipedia, 2023).

ETNIA PANKARARU	
Autodenominação	Pankararu
Outros Nomes	Pancararu (DAI/AMTB 2010); Pancaré, Pancaru, Pankará,Pankaravu, Pankaroru, Pankarú (SIL).
Localização	Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais (T I Cinta Vermelha de Jundiba e T I Pankararu de Araçuaí) (DAI/AMTB, 2010).
Língua	Pankararu, não é provada de pertencer a uma família linguística, mas algumas palavras semelhantes às línguas Tupi. Não há falantes conhecidos.
Estilo da Vida	Os Pankararu creem que a forma retangular das TerrasIndígenas Entre Serras e Pankararu é conforme a doação imperial pelo Pedro II dada às missões e, portanto, ao povo nos séculos XVIII e XIX. Vivem hoje em 14 aldeias. No centro da Terra é Brejo dos Padres, um vale de terras férteis que possui vária fontes de água. Outras aldeias são Tapera, Serrinha, Marreca, Caldeirão, Bem-Querer e Cacheado. Os Pankararu cultivam o feijão, o milho e a mandioca. Cada comunidade tem uma casa de farinha onde fabricam a farinha de mandioca. Também fazemcomercio a pinha, fruta típica da região (Gaspar, 2009). A subsistência é pelaagricultura familiar, produzindo feijão, mandioca e milho e criam porcos e galinhas(Silva, 2002).
Sociedade	A liderança é exercida por homens. Em Pernambuco eles continuamtendo como líderes o cacique e o pajé, os quais parecem ser escolhidos pelos praiás.O grupo em Minas tem uma divisão entre os velhos que preferem a vida tradicional e os mais novos que preferem as vantagens oferecida pela sociedade nacional. A aldeia 30 de Apukaré, MG, em 2002, enfrentaram o problema de não pode participar do Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais, devido ao reduzido número das crianças. Também atendimento médico é somente em Araçuaí, a 37 km (Silva, 2002).
Artesanato	Fazem um comércio de artigos de artesanato.
Religião	A Cachoeira do Afonso Pena é tradicionalmente sacra onde os ancestrais afogaram em um dilúvio. A Cachoeira de Itaparica é local para o sepultamento dos mortos. Os Pankararu observam os ritos e festas do Catolicismo.Também praticam seus rituais tradicionais com a Corrida do Umbu e a Festa do Menino do Rancho. A Dança dos Bichos no qual os homens fazem concorrência em imitar os movimentos de animais como o cachorro, a formiga, o proco e o sapo. OToré é uma dança por homens, mulheres e crianças nos fins da semana, com o ritmo marcado por maracás feitos de cabaças. Os cânticos são cantados em português comfrase da língua pankararu (Gaspar, 2009).Identificam-se como católicos de uma maneira sincretista. As danças são marcadas pelas cantorias, que usam português com palavras da sua língua que eles não sabem bem o significado; o ritmo é marcado por flauta, maracá e o apito (Silva,2002). A dança é chamada Toré, como de todos os povos do nordeste. O Toré édançado ao ar livre por todos, homens, mulheres e crianças. Realiza-se no fim da semana em um terreiro, formando um círculo em pares, cada par gira em torno do círculo e ao mesmo tempo em torno de si próprio, pisando furiosamente o chão (Gaspar, 2009). Outro ritual, O Menino no Rancho, é a iniciação dos meninos com doze anos de idade. Um rancho é armado no meio da aldeia e dois grupos são formados para disputar o menino. Um grupo é dos praiás, os protetores mágicos e o outro dos padrinhos do menino. O menino é pintado de branco e vestido de palha.’ Trava-seuma luta simbólica terminando sempre com a vitória dos praiás que introduzem omenino no poró, onde passa uma temporada servindo ao seu praiá, aprendendo da cultura, e quando também recebem o seu próprio praiá. As mulheres cantam enquantoos homens lutam, pois o ritual é dedicado a Mãe D’água que ameaça roubar o menino,e ela deve ser apaziguada (Silva, 2002).Há outra cerimonia: a Festa do Umbu quando os homens tentam flechar os primeiros frutos do umbuzeiro. A Dança do Cansação é uma dança em que os 31 homens tentam evitar golpes de galhos de cansação ou urtiga e a sensação de queimadura ao toque com a pele. Na Dança dos Bichos os homens imitam os movimentos de animais (Silva, 2002).
Cosmovisão	Os praiás são tantos os espíritos dos ancestrais, como as pessoas que podem receber os espíritos para realizar curas e vidências. São entidades que protegem o povo e os orientam quanto aos seus rituais e tradições. São vinte e dois e cada grupo de Pankararu possui um praiá como seu protetor. O praiá do grupo em Minas é Apukaré, o nome da aldeia. Os praiás humanos se cobram com vestimentos de fibras de caroá e mascaras. Os homens se vestem fora da aldeia no poró, bebendo ‘garapa’, um caldo de cana, e fuma um cachimbo, e devem ser considerados transformados no próprio praiá (Silva 2002). O Poró é uma clareira do mato, proibido às mulheres. O caroá (Neoglaziovia variegata), que é comum no Nordeste, é considerado encantado pelos Pankararé (Rêgo, 2012). A aldeia Apukaré, MG, não tinha presença evangélica, mas a Igreja Metodista dou os 8 ha ao território. Talvez seja possível a mudança de um a família dePernambuco. A evangelização necessita um estudo sério da cosmologia Pankararu.Em 2002, a necessidade de uma escola indígena, também com aulas para os adultos (Silva, 2002).

ETNIA PATAXÓ	
Autodenominação	Pataxó. A explicação dada por Kanátyo Pataxó: ‘Pataxó é água da chuva batendo na terra, nas pedras, e indo embora para o rio e o mar’(Carvalho, 2013).
Outros Nomes	Patachó, Patashó, Pataso (Carvalho, 2013).
Localização	Em diversas aldeias no extremo sul do Estado da Bahia e norte de Minas Gerais (Carvalho, 2013)
Língua	Pataxó e português, falam português com palavras da língua materna. Há um esforço de reconstruir a língua Patxohã ou Pataxó desde 1998, e a língua é ensinada na Escola Barra Velha, estabelecida pela FUNAI. É da família linguística Maxacali, do tronco Macro-Jê (Carvalho, 2013).
Estilo da Vida	Vivem em diversas aldeias no extremo sul do Estado da Bahia e norte de Minas Gerais. Coletam caranguejos, moluscos e ouriços dos manguezais no litoral de Monte Pascoal (Carvalho, 2013).
Sociedade	Cada aldeia tem um cacique com porta-voz externo. Antigamente se casaram com primos. Uma prova de que o rapaz era bom de se casar era se ele poderia carregar uma tora de pau e demonstrar-se hábil com arco e flecha. Esta prática tem sido recuperada em algumas aldeias. O sexo antes de união consensual era considerado ‘roubo’. Hoje em dia casamentos Cristãos, católicos e evangélicos, são contraídos com uma festa indígena, acompanhada por uma cerimônia na línguaPatxohã pelo cacique depois (Carvalho, 2013).
Religião	Uma ‘coisa dos antigos’ é o ritual do Awê de danças e música. Os Pataxó negam que praticaram o Toré, comum entre os indígenas dos Nordeste. O Awê é uma manifestação pública, contrário ao Toré que é assistido somente pelosadeptos indígenas. Em agosto celebra-se a festa do Argwaksá com corridas de torase a apresentação do Awê. Durante a Semana Santa usam máscaras de animais e demonstram reverencia aos mais velhos. Também se observam as festa católicas tradicionais de Folia dos Reis (em 6 de Janeiro), de São Benedito (20 de janeiro) e de N. Sra D’Ajuda (15 de agosto) (Carvalho, 2013)
Cosmovisão	Os Pataxó relatam frequentemente tradições sobre um trecho dabeira do mar de falésias altas entre os rios Frade e Caraíva. Os antigos guerreamali. Os Bakirá era seres vivos de aspecto humano que saíram de baixo da terra por um grande buraco. Existe também os encantados, o somsim saperé, um homem invisível com as pernas enroladas, a caipora é uma mulher, dona da mata, e o boitatá,outro homem invisível com fogo na cabeça. O giburinha é o homenzinho invisível que engravida as mulheres (Carvalho, 2013).

ETNIA PATAXO HÃ HÃ HÃE	
Autodenominação	Pataxó Hã hã hãe que inclui remanescentes dos povos extintos os Baenã, Kamakã, Tupinambá, Kariri-Sapuyá e Gueran (Carvalho e Souza2005)
Outros Nomes	Os Pataxó Hã hã hãe incluem grupos de outras etnias indígenas: os Tupinambá, os Kariri-sapuyá,os Kamakã (Menien), os Kariri-Sapuyá eos Baenã Gueran (Carvalho e Souza, 2005).
Localização	Conhecidos sob o etnônimo englobante Pataxó Hãhãhãe abarcam, hoje, as etnias Baenã, Pataxó Hãhãhãe, Kamakã, Tupinambá, KaririSapuyá e Gueren, habitantes da região sul da Bahia. Hoje um pequeno grupo vive no município de Bertópolis, Minas Gerais. Na região metropolitana de Belo Horizonte há diversas famílias que vivem na cidade e em algumas ocupações na região metropolitana. (Camargo, 2020).
Língua	Pataxó e português. Nimuendaju encontrou a língua pataxó ainda falada em 1938. Da família linguística Maxakali. A CPI-SP elaborou uma cartilha ‘Lições de Bahetá’ (Carvalho e Souza, 2005).
Estilo da Vida	O único rio que corta a Reserva é um riacho de água salobra, sugestivamente denominado Salgado. A água potável provém da estocagem de chuva ou abastecimento por caminhão pipa ou tambores mediante pagamento de frete (Carvalho e Souza, 2005).
Sociedade	O grupo englobado pelo nome Pataxó Hã hã hãe é composto de diversos subgrupos étnicos, que existem na Reserva pelas redes de parentela, mas modificadas pelos casamentos interétnicas. Alguns indígenas têm casas secundárias na cidade de Itajú do Colônia (Carvalho e Souza, 2005)
Religião	Praticam a couvade ou gravidez simpática pelo marido; para manter avida da mulher e o nenê durante a gestão. O pai adota certas resguardas durante a gestão, e depois do parto (‘couvade’ é termo francês adotado pelo antropólogo E. B.Taylor para descrever a prática). O pai não come carne de anta, porco, macaco eveado, também não come banana e milho. Para celebrar uma boa caça cauim, a bebida alcoólica tradicional, é preparada pela mulheres de mandioca e milho. Para as danças os homens são pintados de listas negras e as mulheres com meias-luas concêntricas. O compasso é marcado por um instrumento feito de cascos de anta e um maracá. Dançam a noite inteira até todo o cauim é consumido. Realizam também corridas de tora, usando um pedaço do tronco de barriguda (Cavanillesia arborea). As doenças eram combatidas pelos xamã, com a fumaça de tabaco (Carvalho e Souza, 2005).34 Conforme o costume antigo dos Kamakã os mortos são pranteados por dias, ocadáver é pintado com linhas de vermelho e preto, e decorado com colares e o cocar de penas e deitado no tumulo, envolto em cortiça de árvore. O tumulo é uma cova forrada de estacas de paus e plantado em cima com algodoeiros e bananeiras (Carvalho e Souza, 2005).
Cosmovisão	O ser supremo dos Kamakã é Queggiahorá e o céu entre o sol e a lua é a morada das almas dos mortos, que são divindades. O sol é a causa da morte e à noite se sacia daqueles que forma enterrados durante o dia. A lua é um ser beneficente que indica quando plantar e quando começar as chuvas. Aquelas almas dos mortos que não eram bem tratadas na vida, voltam na forma de onças, para fazer mal aos vivos e causar tempestades. Também outras voltam para ajudar plantar as roças. Os Pataxó consideram o trovão é um espirito maligno. O Toré, hoje, queconstitui a sua mais relevante expressão ritual, porque durante o qual os encantados e os seres sobrenaturais se manifestam (Carvalho e Souza, 2005).

ETNIA XACRIABÁ

Autodenominação	Xakriabá
Outros nomes	Xacriabá, Xikriabá, Chakriaba, Chikriaba, Shacriaba (SIL, 2013, DAI/AMTB, 2010)
Localização	A terra indígena Xakriabá localiza-se no município de São João das Missões, na região norte de Minas Gerais, às margens do rio Itacarambi e do Vale do Peruçu, com uma extensão territorial de aproximadamente 53.000 hectares de terra (Corrêa, 2021).
Língua	Os Xakriabá estão classificados no tronco étnico-linguístico Macro-Jê, Família Jê, língua Akwe, dialetos Xavante, Xerente e Xakriabá, sendo esse último não mais falado. (LOPES, 2016).
Estilo de Vida	A principal atividade econômica dos Xakriabá é a agricultura de subsistência que consiste em plantações de roças, hortas comunitárias, coletas de frutos do Cerrado e criação de animais para consumo. A caça e a pesca, devido à diminuição da fauna local, não são mais praticadas como principal meio de sobrevivência. As atividades econômicas do povo Xakriabá passaram por um processo de modificação e degradação devido às mudanças climáticas, com a consequente à diminuição do período chuvoso, o que levou à falta de água potável para a lavoura e os animais. Esta situação atual obrigou muitas pessoas a procurarem formas alternativas de subsistência, migrando para outros municípios ou mesmo estados, como São Paulo, em busca de empregos, principalmente em usinas e firmas ligadas à lavoura e colheitas. Porém, alguns indígenas, mesmo com os problemas apontados, persistem em trabalhar na agricultura local, trabalhando em quintais 38 produtivos, gerando alimentos para o consumo familiar e a venda de excedentes da produção na região. Essa atividade e habilidade agrícola estão presentes na cultura do povo Xakriabá, seguindo as tradições (Corrêa, 2021). O arranjo produtivo local é formado principalmente por lojas comerciais de pequeno porte, que comercializam diversos produtos inclusive os produzidos localmente, porém nos quesitos de quantidade e variedades não atende à demanda local da população Xakriabá, havendo deslocamento de grande parte de pessoas para fazer compras em outras cidades de maior porte, sendo as mais visitadas: São João das Missões, Itacarambi, Manga, Miravânia, Januária e Montes Claros (Corrêa, 2021). É tradição também do povo Xakriabá transacionar, ou seja, fazer trocas de produtos alimentícios por outros, como trocar suas hortaliças por grãos, feijão, milho entre outros. Também outras atividades agrícolas coletivas tradicionais são praticadas, como a produção de tapioca e farinha de mandioca. Os mutirões indígenas, grupo coletivo de pessoas para a realização de um serviço, está presente na cultura Xakriabá, e acontecem para serviços que exigem mais esforços, como capina e colheita de plantios e a manutenção de cercas para contenção de animais (Corrêa, 2021). O povo Xakriabá tem como escola o próprio território e a vida no território. A escola era e continua sendo as próprias pessoas, com a produção do conhecimento peculiar, que nasce dentro de cada um, a cada prática do dia a dia. Como exemplo disso cita-se a forma de plantio de roça aplicando a ciência do plantar, de observar o tempo, a sabedoria das parteiras, que embora não estudaram a ciência, ambos produzem ciências. Entretanto, ao mesmo tempo em que reconhece este modo de produzir saberes e educar, o povo Xakriabá busca sistematicamente a organização da formação escolar em seu território (Corrêa, 2021). A partir do processo de reestruturação da educação, o cenário econômico da população Xakriabá tem sofrido mudanças significativas, com a chegada de cursos de formação para educadores Indígenas, que teve início no ano de 1995. Com o surgimento da primeira turma de professores indígenas que começaram a atuar nas escolas da comunidade em 1997, houve um processo de “retomada” da educação escolar diferenciada e específica para o povo Xakriabá. A partir daí, as oportunidades de acesso a cursos de graduação foram ampliadas, em diversas áreas do conhecimento, com destaque para a presença indígena nos cursos de graduação da 39 área da saúde, principalmente nas Instituições Federais de Educação. Esta é uma conquista mais recente, o que tem garantido a permanência dos jovens dentro das comunidades, a partir do momento que muitos jovens deixaram de sair das aldeias para trabalhar fora e garantir o sustento de suas famílias, prática bastante utilizada até meados do ano 2000 (Corrêa, 2021).
Sociedade	O povo Xakriabá, assim como muitos outros povos indígenas no Brasil, vem de um longo e intenso processo de contato com a sociedade envolvente, no que tem implicado em vários processos de violência social e cultural devido a esse atrito com os “brancos. Este processo se intensifica com a chegada da Missão de Senhor São João, por volta de 1775 que tinha como finalidade a catequização de indígenas. O povo Xakriabá se vê então forçados a deixar de fazer seus rituais, a falar língua materna Akwẽ. Esta situação se agrava mais tarde, quando o território já se encontra invadido por fazendeiros e outros colonos, no qual veio a marcar a história do povo com a chacina de 1987 (Corrêa, 2021). Atualmente, as famílias Xakriabá tem costume de conviver coletivamente, compartilhando e trocando favores entre si, seja na organização das festas, rituais, velórios ou até mesmo no dia a dia. O costume dos Xakriabá sempre esteve pautado na organização coletiva onde um simples evento se torna grande, uma vez que as famílias Xakriabá costumam ser grandes e se reúnem tanto em momentos festivos quanto na realização de atividades cotidianas (Corrêa, 2021).
Religião	As festas e rituais fazem parte dos modos de vida do povo Xakriabá e acontecem durante o ano todo. A Folia de Reis acontece entre os meses de dezembro e janeiro. A Folia sai para cantar o Reis de casa em casa, por duas ou três aldeias, no dia 25 de dezembro. A festa acontece também em outras épocas do ano, em datas comemorativas e celebrações de dias Santos, com o Reis mais Simples e o Reis da Lapinha, as pessoas fazem seus pedidos para os seus Santos de devoção. A festa de Santa Cruz acontece no mês de abril, mais precisamente no dia 23, iniciando com a levantada do mastro (uma madeira de grande estatura), enfeitada com papel colorido, vela de cera e uma bandeira enfeitada no pico da madeira, erguida pelos festeiros e mastreiros do ano (Corrêa, 2021). São Gonçalo é uma festa muito popular no território Xakriabá. Ela também não tem uma época certa, acontece normalmente para cumprir promessas, de graças 40 alcançadas como, por exemplo, a cura de doenças, resoluções de problemas familiares, entre outras (Corrêa, 2021). Além dessas festas, o povo Xakriabá tem os Rezados, que compreende os cantos de benditos em atos de promessas em dias santos, ou até mesmo nas rezas de costume, nos finais de semanas, novenas de natal, quaresma, entre outras. Os mais velhos cantam os benditos em latim, até os dias atuais, o que é repassado sempre para os mais jovens da comunidade, para que não se perca o ato de rezar o bendito original, que segundo os anciãos, é uma reza mais poderosa (Corrêa, 2021). Faz parte também da tradição Xakriabá os festejos de São João Batista, padroeiro da cidade que acontecem anualmente, no mês de junho, no município de São João das Missões (Corrêa, 2021). A festa de São João Batista, inicia no dia vinte ou vinte um do mês de junho e termina no dia vinte e cinco do mesmo mês, esperada durante o ano todo, as pessoas que moram fora, se planejam para estarem presentes durante os festejos de junho. Esta é considerada a maior festa de São João do norte de Minas Gerais. Ela celebra o padroeiro da cidade, São João Batista. É marcada por danças culturais, barraquinhas de comidas e bebidas típicas da região, atraindo muitos turistas para a cidade (Corrêa, 2021) (Corrêa, 2021)

Cosmologia	O povo Xakriabá mantém uma constante luta de retomada territorial e cultural, tem-se essa “consciência” de que, de fato, para se manter enquanto povo, é importante buscar o fortalecimento ancestral dos troncos velhos. Uma das formas pelas quais os Xakriabá pensam o mundo do tempo dos antigos e o conectam ao tempo d’agora está ligada ao ritual do Toré, um dos principais rituais que foram proibidos desde o tempo das Missões. Nas palavras dos mais velhos, foi um longo período adormecido, porém não esquecido. Daí, então, surge essa necessidade de retomar o Toré, um ritual secreto com a participação restrita apenas para algumas pessoas do próprio povo, onde regras, deveres e segredos devem ser seguidos (Corrêa, 2021). O ritual do Toré em si, é o momento crucial onde o povo Xakriabá revive os modos de como veem o mundo, natural e espiritual é a conexão que rege a vida cosmológica do povo (Corrêa, 2021). Por isso este ritual também faz parte do “segredo do povo Xakriabá”, a participação nele é de pessoas preparadas e com a devida autorização. Porém há 41 outra manifestação que os Xakriabá também chamam de Toré, que são os cantos e danças que podem ser exibidas ao público, mas não menos importante e têm-se os devidos cuidados e preparação, mas sabendo que não é o mesmo ritual do Toré que é realizado na mata (Corrêa, 2021). Comumente chamado de “Noite Cultural”, é uma das maneiras que o povo Xakriabá se viu como forma de fortalecimento cultural, este processo das Noites Culturais é parte também do Plano de Educação escolar indígena, desde 1997, quando as escolas do território Xakriabá, passaram a ter atuação de professores indígenas. Isso possibilitou o ensino diferenciado que traz a oralidade Xakriabá como principal característica do povo e todos os rituais e festas tradicionais mencionados acima. Onde a própria comunidade retoma o direito de ter seu calendário próprio regido pelo tempo da comunidade. E neste calendário “Sócio Cultural”, está presente a noite cultural, realizada em torno de uma vez por mês em cada uma das 32 Aldeias do Território Xakriabá (Corrêa, 2021). São nas noites culturais onde é possível transmitir os conhecimentos coletivamente através dos cantos entoados em português e também na língua materna Akwẽ Xakriabá, onde as pessoas pintam seus corpos de jenipapo e urucum com os grafismos que antes também foram proibidos. A pintura corporal é diversa e carrega motivos e significados próprios, em certa medida faz parte também do segredo do povo, pois está entrelaçada com o ritual (Corrêa, 2021). De modo geral, a pintura corporal é uma forma de proteção para o corpo e o espírito, como bem orienta os pajés desde o seu preparo até a sua aplicação no corpo. Sendo assim, para cada ocasião e pinturas corporais específicas que representam determinada proteção e festejo. Por exemplo, temos as pinturas que usamos para nos apresentar fora do território, em manifestações políticas, encontros nacionais indígenas, essas sempre estão marcadas pelas cores vermelha do urucum e preta do jenipapo, representando o fortalecimento da luta diante de qualquer cenário. As noites culturais são então, assim, o momento onde é partilhadas as comidas tradicionais, cantigas de roda. Torna-se importante, pois é o momento onde crianças, jovens, velhos, homens e mulheres, se reúnem para (re) viver o tempo dos antigos, e manter para os de agora, para que se tenha o futuro enquanto Povo Xakriabá (Corrêa, 2021). Há algumas restrições para a prática do Toré, a principal delas, é quando morre um parente, em respeito ao luto, não praticamos a dança por um mês ou mais e os 42 parentes próximos não podem bater o instrumento maracá. Desde então o Toré, nosso ritual sagrado, é realizado em diversos momentos da vida Xakriabá: datas comemorativas como o Abril indígena, formaturas escolares, noites culturais e reuniões nas comunidades que tratam de assuntos internos e diversos. Sendo assim, o Toré é o canto que entoa as narrativas da história do povo Xakriabá, sendo para nós de grande significado e respeito. O Toré Xakriabá é então a força ancestral e espiritual, a conexão entre o corpo e espírito, nos preparando para seguir em frente, diante de qualquer batalha. É a nossa conexão entre passado, presente e futuro, é a possibilidade de ser o que somos, Povo Xakriabá (Corrêa, 2021).
-------------------	--

ETNIA XUKURU KARIRI	
Autodenominação	Este povo se chamava Xukuru-Kariri em 1938 e se distingue do povo Xukuru de Pernambuco. O nome já indica que a origem étnica deste povo se deve à união de dois grandes povos originários da região de Pernambuco – os Xukuru e de Alagoas – os Kariri Wakonã. Há uma facção na Bahia e outra em Minas Gerais (Silva 2002). Os Kariri têm origem em grupos de sobreviventes que se misturaram ao Wakóna (ou Aconã) e Carapotó na região de Palmeira dos Índios, Alagoas (PIB 2013).
Outros Nomes	Xukuru Kariri, Xucuru-Kariri (DAI/AMTB, 2010)
Localização	Alagoas, Bahia e Minas Gerais. A maioria vive na T. I. Xukuru Kariri e na cidade de Palmeira dos Índios, Alagoa (DAI/AMTB, 2010). Em Minas Gerais, atualmente o grupo vive no município de Caldas, na região sul do Estado em uma terra cedida pela União e no Município de Presidente Olegário, região noroeste de Minas Gerais, em uma terra também cedida pelo SPU (Camargos, 2020).
Língua	A língua pertence ao tronco Macro Jê, família linguística Kariri. De acordo com a enfermeira que atua a comunidade, no município de Caldas, desde 2004 a Escola Estadual Indígena Warkanã de Aruanã ensina a língua tradicional, na aula de cultura, já que não havia o componente curricular, língua indígena. Atualmente existe este componente curricular e é ensinado na Escola Estadual Warkanã de Aruanã, que atende crianças do primário até o ensino Médio. Este ano começará afuncionar a creche municipal, dentro da aldeia e que atenderá crianças de 6 meses a 3 anos
Estilo da Vida	O antigo território indígena em Palmeira dos Índios é bem definida, composta por uma parte de terras planas e outra acidentada que englobava as serras que hoje caracterizam o município. É sobre essa paisagem natural que os Xucuru-Kariri atuam até hoje para prover a sua subsistência, baseada no trabalho rural. As partes mais planas do município estão nas mãos de não indígenas, divididas em fazendas. (PIB, 2013). O grupo em Minas Gerais vive em um território é em uma região bastante diferente da sua terra tradicional no Alagoas, com um clima tão distinto. A aldeia Xukuru-Kariri de Minas se localiza no município de Caldas, sul do Estado, na região da cidade de Poços de Caldas. A aldeia está numa fazenda a 7 km da cidade de Caldas que dista, por sua vez, cerca de 510 km de Belo Horizonte. Trata-se de uma fazenda com 101 hectares, de posse da União, destinada ao assentamento definitivo do grupo. Da aldeia até uma rodovia são apenas 2 km, sendo assim um local de fácil acesso. O grupo fixou residência onde era a antiga sede da fazenda, fazendo uso das residências de alvenaria que já existiam (Silva, 2002).. O grupo em Minas tenta vender o artesanato produzido aos visitantes da aldeia e em exposições ou apresentações nas cidades onde vão, mas além da produção artesanal, investem também na produção agrícola de subsistência, “tendo a família nuclear como unidade primária de produção e consumo, coadjuvada por práticas interfamiliares de auxílio mútuo” (Silva, 2002). Atualmente os Xucuru Kariri já estão mais habituados com o clima, conseguindo assim, plantar alguns produtos para consumo próprio, como milho, feijão e hortaliças, mas como a produção ainda pequena, não consegue ser fornecida pra toda a aldeia. Há funcionários indígenas contratados pelo Governo, para desenvolver trabalhos na escola e no posto de saúde. A população ainda se destaca por uma maioria de jovens e adultos e os poucos idosos são aposentados, segundo relatos da enfermeira que realiza atendimentos na comunidade.
Sociedade	Os Xakuru-Kariri são divididos em três grupos. O maior de 2.000 pessoas em Palmeira dos Índios, AL, e dois pequenos grupos em Afonso Pena, BA e em Minas. Em Alagoas, além do cacique e do pajé, o povo conta com liderança do conselho tribal, responsável pela intermediação entre o grupo e o gestor local da assistência do órgão indigenista. Mas como aqui se trata de um grupo reduzido, este último não se fez necessário ainda (Silva, 2002).

Artesanato	Produzem artesanato em abundância tanto para enfeites ou uso pessoal, como para comercialização. Dentre os muitos, podemos citar variados tipos de lanças, arco e flecha, maracás, vários tipos de chocalhos, abundantes e variados colares, principalmente de sementes, madeira e coco, saíotes de capim, muitos enfeites de pena, sutiãs diversos, gamelas e outras vasilhas de madeira, e várias peças feitas de asas secas de pássaros. Ao contrário de alguns grupos, eles valorizam este material produzido, colocando as vezes até preços exorbitantes nos mesmos (Silva, 2002). Os Xukuru-Kariri possuem um estilo de enfeitar o corpo muito peculiar e curioso, se destacando dos demais grupos do Estado. Enquanto alguns grupos pintam apenas o rosto – como os Maxakali – ou também os braços – como os Pataxó – eles pintam todo o corpo, do tornozelo ao pescoço, e também o rosto. Usam uma tinta preta, feita de jenipapo para pintar o corpo com formas geométricas diversificadas, tinta esta que fica impregnada na pele, pois estão sempre retocando. No corpo usam sempre a cor preta, enquanto no rosto usam vermelho. O vermelho simboliza o “sangue derramado” dos seus bravos guerreiros que no passado morreram defendendo o seu povo, e o preto simboliza “luto” pelos muitos que morreram. Enquanto no corpo usam riscos poligonais, no rosto fazem as vezes malhas mesclando o preto e vermelho, ou então riscos horizontais. As mulheres às vezes pintam o rosto com circunferência (Silva, 2002). Usam também grandes enfeites de penas que alguns colore com cores variadas dando um aspecto de singular beleza. Alguns homens usam grandes penas presas ao braço que se estendem até a altura da cabeça e algumas mulheres enfeitam seus sutiãs também com penas. Usam variados tipos de colares e pulseiras, sendo que as mulheres preferem a madeira e sementes, enquanto os homens preferem dentes de animais que eles abateram (Silva, 2002). Certamente são os enfeites de osso que dão uma maior peculiaridade aos Xukuru-Kariri quanto aos enfeites corporais. Além dos belos colares e pulseiras de presas de animais, são peritos no manuseio de osso para a fabricação de enfeites variados. Alguns jovens perfuram as orelhas com várias pequenas peças de osso e como brinco usam dentes de duas raízes, sendo que uma perfura a pele (Silva, 2002).
Religião	Sendo aldeados e catequizados por missionários católicos desde o século XVIII, os Xukuru-Kariri incorporaram em sua religiosidade muitos aspectos do catolicismo, principalmente a veneração de Maria e de alguns outros santos. Consequentemente perderam também muito das suas crenças e tradições religiosas do passado, tornando-se sincretistas com fortes aspectos animistas. Apesar de terem incorporado vários aspectos do catolicismo, fazem questão de distinguir entre este e a sua própria religião. Alguns traços animistas são bem evidentes no grupo e nas suas cerimônias religiosas. Suas crenças são mantidas sob um rígido sigilo tornando difícil uma análise das mesmas. Eles não permitem em hipótese alguma a presença de não-indígenas nos seus rituais, com exceção de um, o Toré, e são proibidos de relatar os mesmos. Evitam até comentar sobre seus costumes religiosos (Silva, 2002). Como se trata de uma cerimônia comum a todos os grupos do Nordeste, o Toré é a única dança aberta a todos e sobre a qual eles têm liberdade de comentar. Consiste numa dança em círculo, quando todos entoam suas cantorias na língua tradicional que se harmonizam com os vários instrumentos usados, marcando compasso com o pisar forte no chão. O líder do grupo inicia a dança e todos o acompanham, usando instrumentos como o maracá, flauta e os que o grupo dispuser. Como andam sempre com o corpo pintado, para o Toré, bem como para qualquer outra cerimônia, se enfeitam com uma indumentária apropriada para o momento. Sempre que são convidados para fazer apresentações em escolas ou qualquer local público, é o Toré que exibem. Parece que este ritual possui mais um aspecto folclórico do que propriamente religioso (Silva, 2002). Os rituais sagrados são mantidos em absoluto segredo e nem mesmo os nomes são revelados. São realizados num local sagrado dentro da mata onde não-indígenas não podem em hipótese alguma se aproximar. Falando dos rituais dos antigos Kariri do São Francisco, Prezina menciona o Warakidzã, como um dos rituais sagrados deste povo. É provável que haja rituais semelhantes ou relacionados ainda hoje, mas na nossa pesquisa de campo não foi possível constatar e parece não haver nenhuma literatura sobre tais rituais. Durante a festa de três a quatro dias acreditam que o herio, Warakidze, desça da constelação Orion, como um jovem formoso ‘encantado’. É ocasião para a perfuração dos lábios dos adolescentes (Silva, 2002). O local sagrado que chama-se oricuri, se localiza na mata e se trata de uma claria, frequentado por eles apenas nos rituais e os não indígenas não tem acesso. No oricuri ele se reúne para descansar, debater assunto que só a nós interessa e busca as ervas medicinais (Silva, 2002).
Cosmovisão	Apesar de todo o sigilo, foi possível constatar que eles crêem em uma entidade chamada Dejuá-lhá, à qual atribuem a criação de tudo e o governo do mundo. Afirmam ser o mesmo “deus dos brancos”, apenas com nome diferente. Este ocupa o cume da hierarquia no panteão de entidades que habitam seu mundo espiritual, tendo sob seu controle um número indeterminado de entidades inferiores com as quais eles se relacionam. Estas são mediadoras entre eles e Dejuá-lhá. Outras entidades veneradas pelos Kariri são: Nhinhó o criador do mundo e do povo Kariri. Badzé ou Padzu, deus da floresta e do fumo que teve dois filhos: Poditã, deus da caça e Warakidzé, deus da chuva (Silva, 2002). Apenas de negar que são católicos, há evidência do sincretismo. Pelo que parece, na figura de Maria está concentrada a influência católica e curiosamente eles consideram Palmeira dos Índios como “Terra do Nosso Senhor” e Minas Gerais como “Terra da Nossa Senhora. Também “Mãe Tamaim” ou “N. S.ª das Montanhas”, uma versão de Maria, santa dos católicos, que foi vista por três crianças em um certo local na Vila de Cimbres, tendo esta aldeia como o lugar de adoração dessa divindade. Outros santos católicos também são venerados pelos Xucurus, porém, com menos intensidade (Silva 2002)



Documento assinado eletronicamente por **Lara Kunzi Pedrosa, Servidor (a) Público (a)**, em 11/12/2024, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joseane Mariluz Martins de Carvalho, Servidor (a) Público (a)**, em 11/12/2024, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Myrtô Áurea de Lima Sucupira, Usuário Externo**, em 11/12/2024, às 23:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **103338949** e o código CRC **59DF5F36**.